

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do *Boletim Oficial* deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



SUBSCRIPTION RATES — ASSINATURA

	YEARLY (Annual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series (As 3 series)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Postage is to be added when delivered by mail —
Acréscio o porte quando remetido pelo correio

GOVERNMENT GAZETTE

BOLETIM OFICIAL

GOVERNMENT OF GOA, DAMAN
AND DIU

ORDER

25/5/62 — Cus.

In exercise of the powers vested in me under paragraph 2 of the Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962, read with Decree Law No. 28 778 dated 22-6-1938, I hereby cancel my Order No. 25/5/62-Cus. dated 19-8-1962.

2. The concessions restored by para 1 above shall however be granted only by the Lieutenant Governor.

THE LIEUTENANT GOVERNOR
T. Sivasankar

Panjim, 16th October, 1962.

Secretariat

Notification

GAD/3527/62/14 359

The following Regulation (No. 8 of 1962) passed by the Government of India is hereby reproduced in the *Boletim Oficial* for General information.

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

A. U. Desai, Additional Civil Administrator, GAD.
Panjim, 24th September 1962.

The Goa, Daman and Diu (Repeal of Posts and Telegraphs
Laws) Regulation, 1962

No. 8 of 1962

Promulgated by the President in the Thirteenth
Year of the Republic of India.

A Regulation to provide for the repeal of certain
laws relating to Posts and Telegraphs in force in the
Union territory of Goa, Daman and Diu.

(Tradução)
GOVERNO DE GOA, DAMÃO
E DIO

Portaria

25/5/62 — Cús.

No uso das faculdades que me são conferidas pelo n.º 2 de «The Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962», conjugado com o Decreto-Lei n.º 28 778, de 22 de Junho de 1938, revogo a Portaria n.º 25/5/62-Cus., de 19 de Agosto de 1962.

2. As isenções que ora passaram a ser restabelecidas, serão, todavia, concedidas unicamente pelo Governador-tenente.

O GOVERNADOR-TENENTE
T. Sivasankar

Pangim, 16 de Outubro de 1962.

Secretaria

Despacho

GAD/3527/62/14 359

Para conhecimento do público, a seguir se publica a Lei n.º 8, de 1962, promulgada pelo Governo da Índia.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Dio.

A. U. Desai, Administrador Civil Adjunto, GAD.
Pangim, 24 de Setembro de 1962.

Lei referente à revogação da legislação dos Correios
e Telégrafos, de Goa, Damão e Dio, 1962

N.º 8 de 1962

Promulgada pelo Presidente, no décimo terceiro
ano da República da Índia, a lei que revoga certa
legislação referente aos Correios e Telégrafos em
vigor no território da União, de Goa, Damão e Dio.

In exercise of the powers conferred by article 240 of the Constitution, the President is pleased to promulgate the following Regulation made by him:—

Short title, extent and commencement.

1. (1) This Regulation may be called the Goa, Daman and Diu (Repeal of Posts and Telegraphs Laws) Regulation, 1962.

(2) It extends to the whole of the Union territory of Goa, Daman and Diu.

(3) It shall come into force on the 1st day of September, 1962.

Repeal of laws relating to Posts and Telegraphs.

2. As from the commencement of this Regulation, the laws specified in the Schedule shall stand repealed.

Savings.

3. The repeal of any law by section 2 shall not affect—

(a) the previous operation of such law or anything duly done or suffered thereunder;

(b) any right, privilege, obligation or liability acquired, accrued or incurred under such law;

(c) any penalty, forfeiture or punishment incurred in respect of any offence committed against such law; or

(d) any investigation, legal proceeding or remedy in respect of any such right, privilege, obligation, liability, penalty, forfeiture or punishment as aforesaid;

and any such investigation, legal proceeding or remedy may be instituted, continued or enforced and any such penalty, forfeiture or punishment may be imposed as if such law had not been repealed.

THE SCHEDULE

(See section 2)

- (1) Decree no. 34 076 dated 2nd November, 1944.
- (2) Decree no. 37 050 dated 8th September 1948, relating to sale, manufacture and supply of stamps.
- (3) Decree no. 41 538 dated 26th February, 1958, relating to use and exploitation of franking machines.
- (4) Decree no. 40 978 dated 14th January, 1957, relating to postal service of newspapers and publications.
- (5) Decree no. 40 979 dated 16th January, 1957, relating to VP letter service.
- (6) Decree no. 41 001 dated 14th February, 1957, relating to money orders and postal orders.
- (7) Decree no. 40 314 dated 12th September, 1955, relating to VP service (parcel).
- (8) Decree no. 40 441 dated 20th December, 1955, relating to parcel service.
- (9) Decree no. 41 014 dated 23rd February, 1957, relating to insured service (letters and boxes).
- (10) Decree no. 40 592 dated 5th May, 1956, relating to general rules for post offices.
- (11) Decree no. 42 821 dated 26th January, 1960 dealing with postal statistics.
- (12) Decree no. 40 708 dated 31st July, 1956, dealing with statute of colonial employees (general).

No uso das faculdades conferidas pelo artigo 240.º da Constituição, o Presidente decreta e promulga a seguinte lei:

Designação, área a que é aplicável e data da entrada em vigor.

1. (1) Esta lei denominar-se-á «Lei referente à revogação da legislação dos Correios e Telégrafos, de Goa, Damão e Dio, 1962».

(2) Será extensiva a todo o território da União, de Goa, Damão e Dio.

(3) Entrará em vigor em 1 de Setembro de 1962.

Revogação das leis referentes aos Correios e Telégrafos.

2. A partir da data da entrada em vigor desta lei, ficam revogadas as leis especificadas na relação que segue.

Excepções.

3. A revogação de qualquer lei ao abrigo do n.º 2.º, não afectará:

(a) A vigência anterior dessa lei, ou qualquer acto praticado ou consequência resultante da mesma;

(b) Qualquer direito, regalia, compromisso ou obrigação, adquiridos, admitidos ou incursos ao abrigo dessa lei;

(c) Qualquer penalidade, confisco ou castigo aplicado por qualquer infracção dessa lei; ou

(d) Qualquer inquérito, acto judicial ou recurso relacionado com tal direito, regalia, compromisso, obrigação, penalidade, confisco ou castigo, nas condições acima expostas;

e tal inquérito, acto judicial ou recurso pode ser instituído, prosseguido ou tornado executório, podendo ser imposta penalidade, confisco ou castigo, previstos, como se tal lei não tivesse sido revogada.

RELAÇÃO

(Vide n.º 2)

- (1) Decreto n.º 34 076, de 2 de Novembro de 1944.
- (2) Decreto n.º 37 050, de 8 de Setembro de 1948 — disposições que regulam a emissão, fabrico e venda de selos postais.
- (3) Decreto n.º 41 538, de 26 de Fevereiro de 1958 — aprovando o regulamento para uso e a exploração de máquinas de franquear objectos postais nas províncias ultramarinas.
- (4) Decreto n.º 40 978, de 14 de Janeiro de 1957 — aprovando o regulamento para a execução do serviço postal de assinaturas de jornais e publicações periódicas nas províncias ultramarinas.
- (5) Decreto n.º 40 979, de 16 de Janeiro de 1957 — aprovando o regulamento para a execução do serviço postal de cobranças nas províncias ultramarinas.
- (6) Decreto n.º 41 001, de 14 de Fevereiro de 1957 — aprovando o regulamento para a execução do serviço de vales e ordens postais nas províncias ultramarinas.
- (7) Decreto n.º 40 314, de 12 de Setembro de 1955 — aprovando o regulamento para a execução do serviço de embolsos postais nas províncias ultramarinas.
- (8) Decreto n.º 40 441, de 20 de Dezembro de 1955 — aprovando o regulamento para a execução do serviço de encomendas postais nas províncias ultramarinas.
- (9) Decreto n.º 41 014, de 23 de Fevereiro de 1957 — aprovando o regulamento para a execução do serviço postal de valores declarados (cartas e caixas).
- (10) Decreto n.º 40 592, de 5 de Maio de 1956 — aprovando o regulamento para a execução do serviço de correspondências postais nas províncias ultramarinas.
- (11) Decreto n.º 42 821, de 26 de Janeiro de 1960 — aprovando o regulamento para a execução do serviço de estatística postal nas províncias ultramarinas.
- (12) Decreto n.º 40 708, de 31 de Julho de 1956 — aprovando o Estatuto do Funcionalismo Ultramarino (geral).

- (13) Decree no. 40 709 dated 31st July, 1956, dealing with statute of colonial employees (salaries).
- (14) Diploma Legislative no. 641 dated 25th March, 1933, for Caixa Auxilia and Gazette Notification no. 1814 dated 22nd August, 1933 — Caixa Auxilia (Local) Governor General.
- (15) Decree no. 2429 dated 3rd June, 1916, approving regulations for Telegraphic services in Portuguese colonies.
- (16) Legislative Diploma no. 1896 dated 18th December, 1958, approving regulations for Broadcasting receiving installation (Local Government).
- (17) Legislative Diploma no. 2052 dated 26th January, 1961, containing by-laws regarding details for supervision of electrical plants and installations and taxes to be paid (Local Government).
- (18) Ministerial Portaria no. 17 621 dated 7th March, 1960, approving postal rates and Portaria no. 6948 dated 27th June, 1957, approving telephone rates (Local Government).
- (19) Portaria no. 7791 dated 14th April, 1960, approving rates for Indian and Inland telegrams (Local Government).
- (20) Decree no. 31 422 dated 26th July, 1941 establishing imperial telegraphic service between Portugal and colonies.
- (21) Decree no. 36 502 dated 10th September, 1947, establishing new regulations regarding rates for telegrams — overseas system.
- (22) Portaria no. 7607 dated 27th August, 1959, approving surcharges for correspondence.

S. RADHAKRISHNAN,
President.

R. C. S. SARKAR,
Secy. to the Govt. of India.

- (13) Decreto n.º 40 709, de 31 de Julho de 1956 — fixando os vencimentos a abonar aos funcionários públicos civis das províncias ultramarinas.
- (14) Diploma Legislativo n.º 641, de 25 de Março de 1933 e Portaria n.º 1814, de 2 de Agosto de 1933 — referentes à Caixa de Auxílios aos Empregados dos Correios e Telégrafos do Estado da Índia.
- (15) Decreto n.º 2429, de 3 de Junho de 1916 — aprovando o regulamento do serviço telegráfico nacional das colónias portuguesas.
- (16) Diploma Legislativo n.º 1866, de 18 de Dezembro de 1958 — aprovando o regulamento das instalações receptoras de radiodifusão.
- (17) Diploma Legislativo n.º 2052, de 26 de Janeiro de 1961 — regulando a fiscalização das instalações eléctricas e fixando as taxas a serem pagas.
- (18) Portaria Ministerial n.º 17 621, de 7 de Março de 1960 — aprovando a tabela geral de taxas e portes postais da província do Estado da Índia e Portaria n.º 6948, de 27 de Junho de 1957, aprovando a nova tabela de taxas telefónicas.
- (19) Portaria n.º 7791, de 14 de Abril de 1960 — aprovando a tabela de taxas telegráficas internas e indianas.
- (20) Decreto n.º 31 422, de 26 de Julho de 1941 — estabelecendo o serviço telegráfico imperial entre Portugal e colónias.
- (21) Decreto n.º 36 502, de 10 de Setembro de 1947 — estabelecendo novas normas tarifárias aplicáveis a telegramas do regime ultramarino dos serviços telegráficos.
- (22) Portaria n.º 7607, de 27 de Agosto de 1959 — aprovando a tabela de sobretaxas aéreas a cobrar nas correspondências-avião expedidas do Estado da Índia.

S. RADHAKRISHNAN,
Presidente

R. C. S. SARKAR,
Secretário do Governo da Índia